



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA  
Nº 010/2025

**1. Do objeto**

1.1. Trata-se de aquisição de equipamentos de monitoramentos, com as devidas instalações no prédio da Câmara Municipal de Formosa/GO.

1.2. As empresas fornecedoras e prestadoras de serviços deverão fornecer e instalar os seguintes equipamentos de monitoramento.

1.3 O local de entrega e instalação das câmaras será na Câmara Municipal de Formosa/GO, sendo a entrega no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e a instalação em 02 (dois) úteis após recebimento das Ordens de Fornecimento/Serviço.

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Caixa de sobrepor/CFTV VBOX 1100	Un	17
	Conector Plug P4, com borne.	Un	17
	Conector BNC, com mola	Pct	34
	Câmara de monitoramento, 4 MP, com visão noturna e sem gravação de áudio.	Un	2
	DVR, com 16 canais, full HD, bivolt, resolução 4 k.	Un	1
	Cabo de rede, CAT 6.	M	100
	Fonte colmeia, 12 V, 20 A.	Un	1
2	Serviços de Instalação de vinte câmaras de monitoramento no prédio da Câmara Municipal de Formosa/GO, com DVR a ser fixado na laje do prédio, parte superior interna.	Serviço	1

**2. Justificativa**

2.1. Faz-se necessária a aquisição e instalação de câmaras de monitoramento de câmaras de segurança no prédio da Câmara Municipal de Formosa/GO, com a finalidade de garantir a segurança de pessoas e do patrimônio público deste órgão, além de monitorar a entrada e movimentação de pessoas nas instalações do prédio.

**3. Modalidade de Contratação**



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

3.1. O valor total obtido na estimativa de preços fará parte do processo administrativo de prestação de serviço e será classificado como **SIGILOSO** e, ainda, será obtido concomitantemente à obtenção da melhor proposta, com isso as empresas interessadas não terão acesso às propostas apresentadas.

3.2. Mesmo sendo um procedimento facultativo e, ainda, considerando que a pouca variação de preços de equipamentos e serviços dessa natureza, a Câmara Municipal de Formosa/GO realiza, nesse momento, divulgação prévia à contratação, no prazo de 03 (três) dias úteis, no Portal Nacional de Contratações Públicas - <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, contendo a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, conforme prescreve o art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

3.3. As empresas interessadas, nesse caso, deverão enviar suas propostas no e-mail [compras@camaraformosa.go.gov.br](mailto:compras@camaraformosa.go.gov.br), até o dia 18 de junho de 2025 e, nesse dia, até às 17h, horário de Brasília/DF.

3.4. A escolha do fornecedor da catraca será feita considerando o menor valor do total dos serviços, em consonância com o princípio da economicidade e da vantajosidade.

#### **4. Razão de Escolha do Prestador dos Serviços:**

4.1. Conforme descrito nos autos do processo administrativo do qual decorreu essa dispensa de licitação, a razão da escolha do fornecedor basear-se-á no menor valor por item, primando pela economicidade financeira da despesa.

4.2. A adoção do critério de julgamento por item se faz adequada e imperiosa para padronizar as rotinas deste órgão, padronizar em características e qualidade dos serviços que guardam relação estrita entre si, assim como evitar o aumento excessivo do número de prestadores de serviços, o que impediria o bom gerenciamento das contratações administrativas.

4.3. Outro fator que leva a adotar esse critério de julgamento é o fato de ser mais vantajoso para a administração, principalmente quanto a economicidade financeira, pois adotar o critério de julgamento por lote não ampliaria a competitividade.

4.4. Por ser um procedimento facultativo e, ainda, considerando o pequeno valor da despesa e a pouca variação de preços de itens dessa natureza e nessas especificações, esta Casa irá realizar a divulgação prévia à contratação, no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, contendo a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, conforme prescreve o art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

#### **5. Do Contrato**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

5.1. O respectivo Contrato Administrativo será formalizado entre esta Câmara Municipal e as licitantes vencedora, as cláusulas contratuais serão elaboradas pelo setor competente e deverá observar as regras deste Termo de Referência.

5.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme ditames da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos Imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabiliza a execução, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4 O contrato poderá ser reajustado tendo como data base inicial o orçamento estimado, tendo como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de acordo com o artigo 25, § 7º da Lei nº 14.133/21.

5.5. O serviço será executado conforme a ordem de prestação de serviço.

## **6. Da Entrega dos Equipamentos e Materiais**

6.1. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues na Câmara Municipal de Formosa/GO, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega dos equipamentos e materiais será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo transporte, nem outras despesas de entrega.

6.3. Os equipamentos e materiais deverão ser novos, originais e de primeira qualidade.

6.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos produtos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas no produto;

6.5. A ordem de fornecimento será emitida pela Câmara Municipal de Formosa/GO.

## **7. Da Prestação dos Serviços**

7.1. Os serviços de instalação das câmaras de monitoramento deverão ser executados no prédio da sede da Câmara Municipal de Formosa/GO.

7.2. O DVR deverá ser instalado na sala do TI.

7.3. O prazo para a prestação dos serviços será de até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da ordem de serviços.

7.4. Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados, de forma que não fiquem fios expostos ou mal instalados.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

**8. Da garantia dos Equipamentos, Materiais e Serviços**

8.1. A garantia dos equipamentos será de, no mínimo, 12 (doze) meses e os materiais e serviços de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento e/ou da instalação.

**9. Das Obrigações das Partes**

**9.1. Da Contratada**

9.1.1. Entregar os equipamentos e materiais de monitoramento novos, de primeiro uso, originais, de primeira qualidade e devidamente embalados, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

9.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, das quantidades e com as descrições constantes nesse Termo de Referência.

9.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto descrito nesse aviso de dispensa.

9.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos defeituosos, não original ou incompatível como o fim a que se destina, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

9.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar devolver o produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

9.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos equipamentos e materiais em Formosa/GO, incluindo o transporte.

9.1.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

9.1.8. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Aviso.

9.1.9. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/21.

9.1.10. Indicar representante da contratada, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

9.1.11. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

9.1.12. Instalar as câmaras de monitoramento no prédio da Câmara Municipal de Formosa por profissionais capacitados.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

**9.2. Da Contratante**

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais e equipamentos de monitoramento, bem como as devidas instalações no prédio desta Casa, verificando a qualidade e quantidade descrita neste Aviso, além de atestar a nota fiscal do efetivo fornecimento do objeto deste Aviso.

9.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte o produto e serviços entregues, se estiver em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA e deste Aviso de Dispensa.

9.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento do produto adquirido e a prestação dos serviços.

9.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega e/ou instalação do item solicitado.

9.2.5. Solicitar a substituição do produto em que se verificar defeitos ou incompatibilidade com o fim a que se destina, bem como refazer os serviços de má qualidade.

9.2.6. Conceder prazo de 05 (cinco) dias, após a notificação, para a CONTRATADA entregar outro produto de melhor qualidade, livre de defeito.

9.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

9.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

9.2.10. Realizar o pagamento no prazo acordado, após a entrega regular do produto pelo fornecedor.

**10. Penalidades**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a fornecedora dos equipamentos e materiais, bem como a prestadora dos serviços, poderá sofrer às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, lhe concedendo sempre a garantia da prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa de até:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o quinto dia de atraso, sobre o valor total do objeto contratado;

b.2). 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra total após ultrapassado o prazo de entrega dos bens e serviços, conforme o caso;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

b.3). 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

- c) Impedimento de licitar e contratar.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **11. Estudo Técnico-Preliminar e Análise de Risco**

11.1. Em decorrência de se tratar de aquisição de equipamentos e materiais de monitoramento, bem como de serviços de instalação, em valores dentro do limite de dispensa de licitação e, ainda, considerando que o art. 72, I, da Lei 14.133/21 dispensa a formalização do Estudo Técnico Preliminar e Análise de Risco, nesse caso, deixamos de elaborar essas peças, por entender que é o caso de suas dispensas.

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, **se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;***

## **12. Recursos Orçamentários**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

12.1. Os recursos orçamentários necessários à aquisição de equipamentos e materiais de monitoramento, bem como de serviços de instalação correrão pelo Orçamento da Câmara Municipal de Formosa/GO, no exercício de 2025, na seguinte classificação orçamentária:

- ♦ 02.20.01.031.100.2.300.3.3.90.30 – Material de Consumo.
- ♦ 02.20.01.031.100.2.300.4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente.
- ♦ 02.20.01.031.100.2.300.3.3.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Formosa/GO, 12 de junho de 2025.

**KARLA FERNANDA NAJAR DE FREITAS VALE GERMANO**  
Diretoria Administrativa  
Diretora